



As relações entre a língua portuguesa e as questões de gênero: há uma linguagem neutra?

Freitag, R. M. K. (2024). *Não existe linguagem neutra! Gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro*. São Paulo, SP: Contexto. 176p. ISBN-13 978-6555414295

Eraldo Batista da Silva Filho

Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, Av. Professor Moraes Rego, 1235, 50670-901, Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: eraldofilho@recife.ifpe.edu.br

Received on September 2, 2024.

Accepted on October 2, 2024.

Introdução

Com o significativo avanço das lutas realizadas pelos grupos sociais, voltadas para a igualdade de gênero, não nos admiramos com o fato de uma dessas muitas reivindicações se voltar para o âmbito linguístico. Mudanças sociais estão atreladas a mudanças linguísticas e, como tem se constatado ao longo dos últimos anos, os grupos sociais que não se enquadram nos padrões tradicionais passaram a clamar (também) por novas formas linguísticas, cujo uso, de acordo com eles, contemplará as pessoas que fazem parte dessas inovações sociais. Desse modo, surge o que tem se propagado como 'linguagem neutra'.

O livro em análise foi intitulado por Freitag de um modo bem provocativo, ao dizer que não há uma linguagem neutra. Esta afirmação, que toma uma forma ainda mais interessante com a presença do ponto de exclamação, induz o leitor a uma curiosidade que (talvez) ele não tinha acerca de um tema que tem sido tão discutido não só nas redes sociais, mas também nos meios acadêmicos.

Assim, a partir do fato de que tanto língua como gênero são temas de especial interesse das pessoas, dá-se início às discussões acerca do que se tem denominado de linguagem neutra. A autora usa aspas nesta denominação, e justifica esse uso dizendo que é uma expressão que pode evocar muitos significados, por ser, em sua essência, ambígua. O adjetivo 'neutro', para Freitag, pode significar não assumir posições, não tomar partido, manter-se em cima do muro. E em que isso pode resultar? Não havendo definições claras para este adjetivo, pode-se chegar a qualquer conclusão acerca do que seria, de fato, uma 'linguagem neutra'.

'Linguagem neutra' não é um rótulo preciso do ponto de vista científico – afirma Freitag. Porém – continua ela –, todas as formas de referência a gênero de pessoas que se apresentam como alternativas ao masculino genérico são referidas, tanto no senso comum, como linguagem neutra, mesmo não sendo 'neutras'. E ainda no campo da não-neutralidade, a autora acrescenta que o seu livro também tem um viés: o de uma mulher cis, que aceitou a conformação de gênero que a sociedade impôs antes mesmo do nascimento. E, acrescentando àquele, um outro: o viés de linguista, uma das áreas com maior proeminência quantitativa feminina na ciência.

Concluindo a sua Introdução, a autora explicita que seus objetivos são voltados para possíveis esclarecimentos de questões que são recorrentes em nossa sociedade, tais como: O que é linguagem neutra? Existe gênero gramatical neutro? A escola deve ensinar marcas não-binárias? Quais são essas marcas no português? E, como ela mesma afirmou anteriormente, há esclarecimentos indubitáveis sobre essas questões, embasados em teorias linguísticas e em evidências empíricas retiradas da língua em seu uso natural.

Além da Introdução, esta obra é dividida em cinco capítulos, organizados de um modo a levar o leitor a, inicialmente, construir bases sólidas acerca do tema em análise até chegar às discussões finais, todas estas firmadas em modelos teóricos linguísticos. A seguir, serão trazidos alguns pontos encontrados em cada um desses capítulos – pontos esses sobre os quais não se pode dizer que são os mais importantes da obra, mas que foram selecionados por serem, para esta discussão feita aqui, imprescindíveis para o desenvolvimento desta resenha.

O capítulo 1 é intitulado ‘A percepção das regras da língua’. Freitag o inicia apontando, de modo indignado, o fato de o Brasil, em 2020, chegar a 170.000 mortes causadas pela Covid-19 e, enquanto por quase duzentos dias as escolas permaneciam fechadas e as famílias e os educadores lutavam com a precariedade da infraestrutura educacional, o legislativo brasileiro estava preocupado com “[...] o direito dos estudantes de todo o Brasil ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino”, conforme o PL 5248/2020 (Brasil, 2020). Além desse PL, a autora cita outras tentativas de controle da língua, e conclui que os parlamentares brasileiros não se preocupavam, em plena pandemia, em diminuir os efeitos resultantes do fechamento das escolas, e sim queriam proibir e punir quem usasse marcas binárias de referências de gênero.

Nas seções deste capítulo, intituladas ‘Consciência das regras’ e ‘como as regras são codificadas’, Freitag nos diz que todas as regras de uma língua são sensíveis ao tempo, aos contextos, às situações. E, como os grupos de pessoas são identificados de acordo com essas regras, a avaliação da língua é determinante para a constituição da identidade linguística de quem a usa, em termos de apreciação social e consciência. A diversidade linguística é a regra, não é a exceção! A língua portuguesa está passando por momentos de menor estabilidade (está se distanciando das normas consideradas prescritivas) e, sendo assim, novas formas estão surgindo, em uma clara competição para se atestar se essas formas passarão a ser frequentes e usuais na comunicação do povo brasileiro.

No capítulo 2, é discutido o termo ‘gênero’, tanto na sociedade quanto na língua, e nele são encontradas várias explicações sobre a dissociação entre o comportamento e o biológico, e entre sexo e gênero. Na sociedade atual, há novos arranjos para o gênero, em relação à sua identidade, à sua expressão, ao seu sexo biológico e à sua orientação afetiva, contrastando, dessa forma, com o tradicional binarismo, e dando espaço à fluidez de gêneros.

Ao longo deste capítulo, Freitag vai abordando a constante manutenção da superioridade heterocisnormativa e, como ela deixou bem claro na sua Introdução, tece fortes críticas a isso, ressaltando, repetidamente, que as mulheres precisam ter vez e voz. Entre essas críticas, destaca-se aquela que diz respeito aos novos conceitos voltado para a mulher, tais como ‘pessoa que menstrua’, ‘pessoa que tem útero’ etc. Para a autora, tais conceitos reduz a construção de gênero a um atributo biológico.

Este capítulo também aborda o fato de que as pesquisas científicas voltadas para linguagem e gênero não são recentes, remontam a década de 70. Porém, nestas pesquisas, o sexo feminino também é visto como o lado frágil, dependente do sexo masculino para ter espaço na sociedade, como um todo. Outras pesquisas mais recentes mostram que a abordagem de construção discursiva e dinâmica de gênero assume que a identidade de gênero é vista como uma construção, assim como qualquer outra categoria social, ou seja, há enfoques diferentes sobre o mesmo tema.

Por fim, o capítulo 2 traz uma discussão também interessante acerca do tratamento dado (ou não) à mulher que presidiu o Brasil, Dilma. Embora ela tenha pedido para ser chamada de ‘presidenta’, muitos grupos não só se recusaram, como levantaram várias questões supostamente com base na ‘língua padrão’, mas que, conforme Freitag, nada mais era do que um subterfúgio para ocultar a postura reativa daqueles que não a aceitavam no poder da nação: ‘A dificuldade da sociedade é aceitar a forma ‘presidenta’ ou aceitar que é uma mulher em espaço de poder?’.

O capítulo 3 se intitula ‘Gênero na tradição gramatical’. Assim como nos capítulos anteriores, Freitag ressalta a presença da sociedade, como se verifica em “O processo de categorização é basilar em diferentes abordagens da cognição humana, seja pela linguagem, seja pela cognição social” (Freitag, 2024, p. 44). Antes de discorrer sobre como funcionam os gêneros gramaticais nas línguas latina e portuguesa, ela introduz o conceito de categorização, ou seja, o agrupamento de entidades semelhantes em classes específicas.

Ao comparar as línguas acima citadas, a autora afirma que, em ambas, o substantivo não tem gênero gramatical, tendo o português herdado isso de sua mãe, a língua latina. E, assim como ocorre em todas as línguas naturais, houve (e tem havido) mudanças. Em específico para o português, as gramáticas expressam o gênero de modos diferentes, que podem ser assim agrupados: gênero no determinante (as primeiras gramáticas (século XVI) já nos mostravam que o determinante era o indicador do gênero); predição de gênero pela morfologia [no século XIX, Soares Barbosa (1871) classificou gênero a partir de seres sexuados, macho e fêmea, e para seres não sexuados, o gênero apropriado seria o neutro – ou seja, vai de encontro ao gênero ser definido pelo determinante, ao afirmar que é o substantivo que traz o traço do gênero]; e o gênero marcado (com base na teoria da marcação, desenvolvido pelo Círculo Linguístico de Praga, representando a presença ou ausência de um traço, passando depois a ser associado a naturalidade e a universalidade).

O capítulo 3 se encerra com as afirmações (e comprovações) da autora acerca das dificuldades de conceitualização de gênero. Porém, ela se posiciona claramente ao defender que, no uso real da língua, o gênero é definido pelo artigo que ele mesmo aceita, ou seja, o substantivo ‘alface’ será masculino se as pessoas disserem ‘o alface’; e feminino, se disserem ‘a alface’. Então, para Freitag, o gênero, em português, é vacilante (referencial, sexual, civil, identitário) e isso se explica devido às motivações sociais. Mesmo assim, as muitas reações que este uso vacilante suscita são reflexos de sexismo, conclui a autora. Esta conclusão traz à tona as discussões que têm sido cada vez mais correntes nos mais diversos meios sociais. Por que ultimamente a língua tem sido, ao mesmo tempo, tão protegida e tão atacada (ações estas que variam, de acordo com as intencionalidades)? Há, mesmo, preocupações com seu ‘purismo’ ou são apenas subterfúgios para serem expostas, veladamente ou não, as ideologias? Com essas interrogações, abordam-se as regras do gênero inclusivo e as do gênero neutro, discutidas no capítulo seguinte.

‘Afim de contas, para que os sistemas mudem, urge que eles tenham sofrido algum tipo de variação’ (Tarallo, 1994). Conforme deixa bem claro em seu título, ‘Mudanças na sociedade, mudanças na língua’, o capítulo 4 aborda as lutas pelo reconhecimento das diversas identidades, e isso repercute diretamente nas práticas linguísticas. Embora o surgimento de novas formas na língua seja algo esperado e comum em quaisquer línguas, sua implementação não é simples, por depender de uma série de fatores sociais (como sua aceitação) e linguísticos (como a produção e a percepção). Freitag se debruça, neste capítulo, para as discussões acerca da expressão de gênero gramatical no português, mais especificamente para a linguagem não sexista, para a linguagem inclusiva e para a linguagem dita neutra.

A linguagem não sexista (que está presente em várias nações) objetiva a retirada do foco no gênero masculino, e usa (recomenda) expressões que se referem ao genérico. Em 1996, a Unesco publicou um guia vocabular, contendo estratégias de escrita sem alteração na grafia e sem recair na forma binária. Por sua vez, no Brasil, foi elaborado, em 2014, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, um manual que revisa a linguagem internalizada na administração e apresenta possibilidades de construções inclusivas, tais como: em vez de ‘os cidadãos’, usar o termo ‘a cidadania’; em vez de ‘os filhos’, usar ‘a descendência ou a prole’. Mais recentemente, em 2021, o Tribunal Superior Eleitoral publicou um guia de linguagem inclusiva (Brasil, 2021), atendendo à Resolução 376/2021 do Conselho Nacional de Justiça. Para Freitag, a linguagem não sexista parte dos recursos já existentes na língua, ou seja, não há inovações. Porém, esses usos refletem diretamente em outros domínios, como se destaca nos parágrafos a seguir.

A linguagem inclusiva busca, através da linguagem, o reconhecimento e a inclusão de grupos discriminados e/ou invisibilizados, por capacitismo, por etnia ou por gênero. Não é um movimento recente, já que alguns de seus usos já eram vistos desde a década de 80, em discursos orais. A Secretaria de Comunicação do Congresso Nacional (Secon) o apoia, e publicou um manual que apresenta uma seção específica sobre esta linguagem, objetivando a explicitação do gênero do referente, diferentemente da linguagem não sexista, cujo foco é a substituição do gênero masculino por um termo abrangente. Porém, os propósitos da linguagem inclusiva funcionam na língua escrita (por exemplo, o uso de ‘menino/a’, ‘menino(a)’, ‘menino.a’), não ocorrendo o mesmo na língua oral, e essa parcialidade de funcionamento linguístico não só gera impactos na difusão dessa linguagem, como vai de encontro às recomendações da linguagem não sexista. Quanto à sua legalização, há vários projetos de leis que têm tramitado desde 1995, nenhum deles atingindo o seu propósito, até aqui.

Por sua vez, a linguagem dita ‘neutra’ engloba duas grandes vertentes: uma, que se volta para formas linguísticas que expressam gênero para além do masculino e do feminino; e outra, que busca uma forma que não se refira à categoria gênero, neutralizando-o. Enquanto outras línguas variam seus arranjos gramaticais quando se referem a gênero, em português ele é expresso por pronomes, por determinantes e pela morfologia dos nomes. E como tem acontecido em outras línguas, o português está passando por processos de desenvolvimento de pronomes que não se refiram a gêneros. Infelizmente, em nossa língua há bem poucos estudos empíricos sobre essa possibilidade (os que há, são restritos a dados em escritas ocorridas em redes sociais), embora haja uma profusão de guias, de manuais, de listas, que visam à implementação dessa neutralidade de gênero. Acerca disso, Freitag (2024, p. 93) afirma que “[...] por se tratar de uma mudança incipiente, com usos limitados e em contextos restritos, podemos assumir que se trata de um período de menor estabilidade, em que a regra ainda está se modelando”.

A seguir, a autora passa a discorrer sobre as mudanças orgânicas, por julgar que, para se entender esses processos, é necessária a detenção de conhecimentos bem específicos sobre mudanças linguísticas. Como base teórica, Freitag parte de Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog, citando sua obra *Fundamentos*

empíricos para uma teoria da mudança linguística (2006). Nela, estes autores esboçam uma lista de cinco problemas para os quais uma teoria de mudança linguística deveria prover respostas: os correlatos subjetivos da mudança, ou problema da avaliação; a correlação com a estrutura social e com o sistema linguístico, ou problema do encaixamento; o percurso das mudanças nos subgrupos sociais, ou problema da transição; a difusão da mudança no grupos sociais, ou problema da implementação; e a ordenação ou influência de significados sociais, ou problema das restrições.

Ao comentar cada um desses problemas acima citados, a autora vai inserindo as suas próprias avaliações sobre o tema aqui em estudo: a mudança incipiente para a qual parece caminhar a classe dos pronomes em português, tais como “[...] as pessoas fazem diferentes avaliações consciente e inconscientemente sobre as variedades linguísticas; as mudanças no campo de expressão do gênero, seja este não binário ou redundantes, não são naturais; a cultura escolar é uma ação deliberada para mudar comportamentos linguísticos” (Freitag, 2004, p. 95-97) etc. Ao longo das discussões, ela cita o *Swedish Academy Glossary* (o equivalente ao Volp) e outros autores que também discutem este tema, embasando ainda mais as suas conclusões. As afirmações aqui apontadas coadunam com o que afirmou Labov (1972, p. 124): “[...] variações sociais e estilísticas desempenham um papel importante na mudança linguística”.

Por fim, Freitag afirma que essa tentativa de expressar o gênero não binário, caso se efetue, não vai afetar todo o sistema linguístico ao mesmo tempo e com a mesma intensidade; mesmo assim, essa mudança vai encontrar brechas para que ela ocorra. Se o futuro fosse previsível - diz Freitag -, com base em pistas que hoje encontramos em nossa língua, essa mudança em potencial partiria do artigo (bem menos provável) e do vocativo (mais provável, porque tem potencial de consolidação e espraiamento posterior). Em fortalecimento a isso, há ações de planificação ocorrendo entre as sociedades, tais como manuais e cartilhas ensinando e prescrevendo linguagem não sexista e linguagem neutra. Entre os problemas abordados nessas ações de planificação, a autora destaca que “[...] a manualização do gênero, porém, no momento atual do português brasileiro, e em alguns casos, vai numa direção extremista, barrando qualquer possibilidade de marcação de gênero, mesmo quando não há referência a pessoas” (Freitag, 2024, p. 108).

Para concluir o capítulo 4, Freitag passa a discutir os projetos de lei federais que criminalizam a linguagem neutra, proíbem seu uso e até estabelecem punições para aqueles que a utilizam. E encerra dizendo que esses projetos não têm embasamento científico, além de conflitarem com os documentos oficiais da educação brasileira, como a BNCC, que defende a diversidade linguística para a inclusão social e a cidadania. E conclama a comunidade científica para ir além da academia e dialogar com os movimentos e os grupos sociais que são representados pelos mesmos políticos que tentam coibir o uso dessas linguagens. Se os linguistas se calam, são as vozes pseudocientíficas que ganham espaço nas sociedades.

Nos três primeiros capítulos de seu livro, Freitag aborda aspectos da gramática, apresentando como as regras sobre gênero são descritas e empregadas tradicionalmente e, com o passar dos séculos, como essas mesmas regras ou têm se mantido ou têm passado por alterações, comuns a qualquer língua natural, como embasamento para o tema principal nele discutido: a diversidade linguística. No capítulo 4, como foi anteriormente apresentado, a autora apresenta como essas regras estão ligadas a mudanças sociais. Esse percurso chega até o capítulo final, ‘Linguística neutra?’, com o claro intuito de mostrar (e por que não cobrar?) o posicionamento claro e ativo da ciência, ou melhor, de quem faz linguística, na sociedade, e as repercussões da linguagem neutra na sociedade e na escola.

Assim como foi nos capítulos anteriores, a autora é firme ao repetir que “[...] não existe neutralidade de gênero quando em referência a pessoas” (Freitag, 2024, p. 127), porque estas têm identidade, expressão e orientação em relação ao seu gênero e, por ele, elas são categorizadas. Porém, “[...] para captar o curso da mudança, é necessário, primeiramente, ver a língua como dotada de ‘heterogeneidade sistemática’” (Weinreich, Labov & Herzog, 2006, p. 73, grifo nosso). Não importa se a expressão de gênero em português é binária: a sociedade vai além desse binarismo e, sendo assim, a tentativa de inclusão de novas marcas de referência de gênero para aqueles que não se inserem no binarismo não é neutralização, diz Freitag, é inclusão! Porém, como ocorre nos processos de mudanças linguísticas, uma regra só é abonada por instrumentos linguísticos se essas variantes tiverem seus usos de modo efetivo.

Retomando o que discutiu no capítulo 4, Freitag afirma que sua defesa é, entre a linguagem não sexista, a linguagem inclusiva e a linguagem neutra, para a linguagem inclusiva, e tenta seguir a esta. E, mais uma vez, a autora diz que, apesar do rótulo de ‘neutra’, não há neutralidade na língua nem no gênero, quando este se refere a pessoas. Por outro lado, embora haja muitos movimentos que lutam por mudanças na língua, eles se

mantêm restritos a uma pequena militância. Isso se torna bem evidente quando se comparam esses movimentos atuais àqueles ultraconservadores, ficando em destaque a grande necessidade de proposições de ações de sensibilização e educação para a nossa diversidade linguística. Tais ações, porém, têm de ser embasadas cientificamente, com evidências empíricas. Assim, qual deve ser a posição dos linguistas?

“A ciência até pode tentar ser neutra, mas quem a faz não é” (Freitag, 2024, p. 131). Com essa provocação, Freitag aponta para o comodismo dos linguistas, que preferem se isentar a fazer o que lhes é devido: analisar a língua e divulgar os resultados encontrados. Embora afirme que os cientistas têm medo de mídia, a autora se declara ativista sobre o tema discutido em seu livro, ocupando espaços de popularização da ciência e de programas de ensino de popularização da língua materna. Para ela, se os linguistas se omitem de fazer o seu papel, as formas de linguagem continuarão a ser julgadas como certas ou erradas: “Precisamos de um ativismo com responsabilidade e embasado em dados e em boa ciência, sob pena de cairmos no espectro do negacionismo nefasto, que em nada fortalece as pautas” (Freitag, 2024, p. 140).

Já em direção ao término de seu livro, Freitag tece comentários bem pertinentes acerca da escola e das práticas linguísticas. Embora muito se tenha avançado nas pesquisas sociolinguísticas, voltadas para os programas de ensino e de avaliações oficiais, não se consegue bloquear as ideologias que estão arraigadas na nossa sociedade, impedindo não só a divulgação, mas também a aceitação das variedades linguísticas. O ensino das variações nas escolas tem ocorrido, mas, infelizmente, em pequena escala e, muitas vezes, de modo inadequado, por ficar restrito ao nível lexical. A partir dessas reflexões, a autora sugere que falar sobre o tema discutido em seu livro, dentro do ensino de variações linguísticas, é uma boa estratégia para tecer reflexões sobre as intolerâncias que crescem atualmente e, assim, traçar ações para combatê-las. Porém, se isso for feito isoladamente, pouco ou nenhum efeito será obtido - é necessária uma sistematização e contextualização em práticas que valorizem as diversidades.

“Não é a linguística, ciência, que vai ultrapassar paredes. São as pessoas linguistas que ter consciência do seu papel, cientes dos vieses e das responsabilidades” (Freitag, 2024, p. 141). Com essa afirmação, Freitag encerra seu livro, ressaltando a importância dos debates e dos diálogos com a sociedade, com a mídia, com a escola, para assim tentarmos mitigar (seria possível resolver?) essa onda de intolerância, de ignorância, que tem envolvido a sociedade brasileira, tirando os espaços de grupos sociais e calando tantas vozes que precisam ser ouvidas.

Referências

- Barbosa, J. S. (1871). *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou, Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa, PT: Academia Real das Sciencias.
- Brasil. Câmara dos Deputados. (2020). *Projeto de Lei nº 5.248, de 24 de novembro de 2020. Estabelece o direito dos estudantes de todo o Brasil ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, e dá outras providencias*. Brasília: Câmara dos Deputados. Recuperado em 15 jan. de 2024 de <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2265570>
- Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. (2021). *Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social*. Brasília, DF: Secretaria de Comunicação e Multimídia,.
- Freitag, R. M. K. (2024). *Não existe linguagem neutra! Gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro*. São Paulo, SP: Contexto.
- Labov, W. (1972) *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press.
- Resolução nº 376, de 2 de março de 2021*. (2021). Dispõe sobre o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional do Poder Judiciário nacional. Conselho Nacional de Justiça. Recuperado em 15 jan. de 2024 de <https://atos.cnj.jus.br/files/original1229362021030560422430ecd5f.pdf>
- Tarallo, F. (1994). *A pesquisa sociolinguística* (4a ed.). São Paulo, SP: Ática.
- Weinreich, U., Labov, W., & Herzog, M. (2006). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo, SP: Parábola.